

Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

Módulo 1 – Agentes

Submódulo 1.1 – Adesão à CCEE

ÍNDICE

1. **INTRODUÇÃO**
2. **OBJETIVO**
3. **PREMISSAS**
4. **LISTA DE DOCUMENTOS**
5. **FLUXO DE ATIVIDADES**
6. **DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES**
7. **ANEXOS**

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de Vigência
1.0	Consulta Pública nº 05/2012	Despacho nº 3.215/2012	16.10.2012
2.0	Adequação à REN nº 619/2014 e à REN 622/2014 e demais ajustes	Despacho nº 4.881/2014	22.12.2014
3.0	Adequação ao Sistema Integrado de Gestão de Ativos (SigaCCEE)	Despacho nº 1.741/2015	01.06.2015
4.0	Consulta Pública nº 01/2016	Despacho nº 1.600/2016	17.06.2016
5.0	Adequação à REN nº 678/2015 e demais ajustes	Despacho nº 1.911/2017	30.06.2017

1. INTRODUÇÃO

Os candidatos a agente considerados neste Submódulo são os concessionários, permissionários, autorizados ou em processo de obtenção da autorização, registrados, detentores ou não de instalações de energia elétrica, e consumidores livres e especiais, que cumpram os requisitos legais e regulatórios vigentes, e que queiram realizar operações de compra e venda de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, bem como operações de importação/exportação de energia.

2. OBJETIVO

O objetivo deste Submódulo é estabelecer requisitos, responsabilidades, etapas e prazos necessários à adesão de candidato a agente da CCEE, além da obtenção de autorização para comercialização de energia elétrica, no caso de candidato a agente pertencente à classe dos comercializadores.

3. PREMISSAS

Gerais

- 3.1 O pedido de adesão implica, inequivocamente, no prévio conhecimento e concordância de todas as normas regulatórias vigentes, às quais o futuro agente se sujeitará integralmente ao ter sua adesão aprovada pelo Conselho de Administração da CCEE - CAAd, sendo que qualquer medida posterior adotada pelo candidato a agente que venha a afrontar a devida aplicação dessas normas configurará rompimento da afinidade associativa.
- 3.2 Com exceção dos documentos exigidos na forma física, a apresentação dos demais documentos necessários aos processos de adesão e de obtenção da autorização para comercialização de energia elétrica (Lista de Documentos - item 4 deste Submódulo) deve ser feita, exclusivamente, por meio de arquivos digitalizados em PDF, a serem inseridos no Sistema de Gestão de Processos - SGP, localizado na área de Conteúdo Exclusivo, no *site* da CCEE.
- 3.3 O candidato a agente deve acompanhar, por meio do SGP, o andamento de sua solicitação de adesão e a necessidade de eventual adequação da documentação apresentada e/ou cadastro.

Adesão à CCEE

- 3.4 Para início do processo de adesão à CCEE, o candidato a agente, independentemente da classe à qual pertença, deve enviar os seguintes documentos, acompanhados de Carta de Encaminhamento: i) Termo de Adesão; ii) Termo de Adesão à Convenção Arbitral - ambos anexos a este Submódulo, devidamente preenchidos e impressos; e iii) o comprovante de pagamento do emolumento de adesão à CCEE.¹
- 3.4.1 Os documentos devem ser enviados, preferencialmente, com Aviso de Recebimento (AR).
- 3.4.2 No caso de usina geradora vencedora de leilão, o candidato a agente deve também enviar o Formulário de Indicação do Empreendimento Leiloado e do Vencedor de Leilão, anexo a este Submódulo.
- 3.5 Os prazos estabelecidos neste Submódulo têm como referência inicial (N) a data de recebimento, pela CCEE, dos documentos indicados na premissa anterior. Para confirmar o recebimento dos documentos, a CCEE deve enviar mensagem eletrônica ao(s) representante(s) CCEE² informado(s) no Termo de Adesão.
- 3.6 Em até três dias úteis da data do envio da referida mensagem eletrônica, a CCEE deve realizar o cadastro inicial do candidato a agente e encaminhar, também por mensagem eletrônica ao(s) representante(s) CCEE: i) o número do processo aberto perante a CCEE; e ii) um *link* para criação de login e código de acesso à área de Conteúdo Exclusivo, no *site* da CCEE.
- 3.6.1 A CCEE deve realizar uma análise prévia da conformidade formal da documentação recebida, sendo que, caso identifique preenchimento equivocado, deve informar ao candidato para que envie novos documentos para a devida abertura do processo no SGP.
- 3.7 O candidato a agente deve abrir³ e informar à CCEE conta corrente específica junto ao agente de liquidação e custódia da CCEE que validará a informação. Para abertura da conta, o candidato a agente deve seguir os termos e requisitos definidos pela instituição financeira, utilizando o mesmo CNPJ informado no Termo de Adesão.

¹ O modelo da carta de encaminhamento de documentos, bem como o valor do emolumento de adesão e seu respectivo procedimento de pagamento encontram-se disponíveis no site da CCEE.

² A comunicação entre o agente ou candidato a agente e a CCEE deve ser realizada por meio do(s) representante(s) CCEE indicados no Termo de Adesão.

³ A confirmação de abertura da conta corrente é prestada pela instituição financeira diretamente à CCEE. É estimado um período de até cinco dias úteis para a instituição financeira abrir a referida conta, desde que o candidato a agente tenha enviado ao banco os documentos necessários, sem pendências.

- 3.7.1 Esta obrigação se aplica a todos os candidatos a agente da CCEE, mesmo aos que já possuam conta corrente junto ao agente de liquidação e custódia.
- 3.8 O candidato a agente deve encaminhar à CCEE, por meio do SGP, o restante dos documentos necessários ao processo de adesão, que estão indicados na Lista de Documentos - item 4 deste Submódulo, com o estabelecimento dos requisitos necessários a cada um.
- 3.8.1 O(s) documento(s) com o status “caso aplicável” na Lista de Documentos - item 4 deste Submódulo, pode(m) deixar de ser encaminhado(s) à CCEE desde que o candidato a agente solicite e justifique sua dispensa, no SGP.
- 3.9 É responsabilidade do candidato a agente que toda a documentação de adesão enviada para a CCEE esteja válida e plenamente vigente na data limite para regularização das pendências referente ao mês de aprovação da adesão, conforme estabelecido no Submódulo 1.2 – Cadastro de agentes.
- 3.9.1 A documentação de adesão enviada para a CCEE é considerada válida e plenamente vigente quando estiver dentro do prazo de validade nela expresso ou, na falta deste, até 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão, quando aplicável.
- 3.9.2 O candidato a agente se compromete e se responsabiliza pela validade e regularidade dos poderes do(s) signatário(s) dos documentos de adesão, cuja assinatura o vinculará às obrigações existentes no âmbito da CCEE.
- 3.10 Além dos requisitos documentais estabelecidos neste Submódulo, também devem estar cumpridos os requisitos do Submódulo 1.2 – Cadastro de agentes, relacionados aos dados cadastrais.
- 3.10.1 Não se aplica o cumprimento das seções Cadastros no SCDE e Cadastro no SCL, ambas do Submódulo 1.2 – Cadastro de agentes, para os candidatos a agente pertencentes à classe dos comercializadores e para os candidatos a agente vendedores vencedores de leilão.
- 3.10.2 No caso de candidatos a agente vendedores vencedores de leilão, as seções do Submódulo 1.2 – Cadastro de agentes, mencionadas na premissa anterior, devem ser observadas antes do início de suprimento do empreendimento, sem prejuízo das disposições do Submódulo 3.2 – Contratos do Ambiente Regulado.

- 3.11 A CCEE deve divulgar, pelo SGP, a conclusão da análise dos requisitos e documentação no prazo de até cinco dias úteis contados da data do recebimento de toda a documentação e cadastro.
- 3.12 A CCEE pode solicitar ao candidato a agente, por meio do SGP, informação ou documentação adicional que entenda necessária para complementar a análise do pedido de adesão.
- 3.13 A CCEE deve divulgar, pelo SGP, a conclusão da análise dos requisitos e documentação adicional no prazo de até cinco dias úteis contados da data do recebimento da complementação solicitada.
- 3.14 Na hipótese de solicitação de adesão vinculada a um desligamento com sucessão, o candidato a agente deve informar o agente a ser sucedido.
- 3.15 Processos de adesão, referentes ao mês “M”, podem ser deliberados em reunião do CAd a ser realizada até M-8du.
- 3.15.1 Nos casos de solicitação de adesão vinculada a um desligamento com sucessão, o CAd pode deliberar acerca de tal solicitação durante o mês de início de operacionalização - mês “M”, na mesma reunião em que for deliberado o desligamento do sucedido.
- 3.16 Uma vez deliberada a adesão do candidato a agente, não é admitida alegação de desconhecimento da assunção de quaisquer responsabilidades por seus representantes, cuja legitimidade é presumida, sem admissão de entendimento contrário, visto que os acessos (login e código) para uso dos sistemas da CCEE são de caráter pessoal e intransferível do agente e/ou de seus representantes que manuseiam os sistemas.
- 3.17 O resultado da solicitação de adesão deve ser comunicado ao(s) representante(s) CCEE do candidato a agente, por e-mail e pelo SGP, em até um dia útil após a deliberação do CAd.
- 3.17.1 No caso de indeferimento da solicitação de adesão, o CAd deve expressar os motivos que fundamentam a decisão.
- 3.18 Todas as decisões do CAd sobre as solicitações de adesão à CCEE devem ser publicadas no *site* da Câmara em até dois dias úteis após a deliberação, incluindo as respectivas motivações.
- 3.19 Na hipótese do CAd indeferir a solicitação de adesão, o candidato a agente pode apresentar pedido de impugnação perante a CCEE, conforme Submódulo 1.4 - Atendimento.

- 3.20 O candidato a agente pode desistir do processo de adesão a qualquer momento, desde que sua adesão ainda não tenha sido deliberada pelo CAd, mediante o envio da formalização da desistência para a CCEE, via chamado ou correspondência, redigida de forma livre.
- 3.21 O processo de adesão não concluído dentro de seis meses a contar do mês de seu início é cancelado no SGP. Caso o candidato a agente mantenha interesse em aderir à Câmara, um novo processo de adesão deve ser iniciado, nos termos das premissas deste Submódulo.
- 3.21.1 O cancelamento é realizado pelo SGP em M-5du, de forma que os processos que não tenham sido concluídos para o mês "M", e que tenham o prazo de seis meses expirado, são automaticamente cancelados.
- 3.21.2 Excepcionalmente, o processo de adesão dos candidatos a agente pertencentes à classe dos comercializadores deve ser concluído em até noventa dias corridos, contados da data de publicação do ato autorizativo para comercialização de energia elétrica; caso contrário, sua autorização está sujeita à revogação pela ANEEL.
- 3.22 Aprovada a adesão, o agente pode solicitar inscrição nos treinamentos, observado o cronograma estabelecido pela CCEE.

Obtenção da Autorização para Comercialização de Energia Elétrica

- 3.23 Esta seção se aplica, exclusivamente, aos candidatos a agente pertencentes à classe dos comercializadores de energia elétrica.
- 3.24 Para início do processo de obtenção da autorização para comercialização de energia elétrica, o candidato a agente deve atender, inicialmente, as premissas da seção anterior deste Submódulo.
- 3.25 O candidato a agente deve formalizar o pedido de obtenção da autorização para comercialização de energia junto à ANEEL, informando o número do processo aberto perante a CCEE.
- 3.26 O candidato a agente também deve enviar os documentos específicos para obtenção da autorização para comercialização de energia elétrica, com o estabelecimento dos requisitos necessários a cada um. Tais documentos estão indicados na Lista de Documentos - item 4 deste Submódulo, e devem ser encaminhados por meio do SGP, acompanhados da Carta de Encaminhamento de Documentos à CCEE.

3.27 A partir do recebimento de todos e quaisquer documentos mencionados na premissa anterior, a CCEE terá o prazo de cinco dias úteis para analisá-los e, eventualmente, solicitar esclarecimentos ou documentação adicional pelo SGP.

3.28 Não havendo pendências na documentação e solicitação de informações adicionais, em até dez dias corridos da data do último documento/esclarecimento recebido, a CCEE deve disponibilizar ao candidato a agente e à ANEEL os seguintes documentos, por meio do SGP, os quais são imprescindíveis para a emissão da autorização para comercialização pela ANEEL:

- a) Certidão de Regularidade, com validade de trinta dias corridos contados a partir da data de sua expedição;
- b) Parecer Técnico e Jurídico.

3.29 Após a emissão da autorização para comercialização de energia elétrica, o candidato a agente deve dar continuidade ao seu processo de adesão perante a CCEE. Para tanto, deve encaminhar, por meio do SGP, o respectivo ato autorizativo e eventual documentação adicional ou que precise ser renovada, em atendimento às premissas da seção “Adesão à CCEE” deste Submódulo.

Início das operações na CCEE

3.30 A atuação no âmbito da CCEE está condicionada à operacionalização do agente, que leva em consideração a classe à qual pertença.

3.30.1 Para as classes dos consumidores livres, dos consumidores especiais, dos distribuidores e dos geradores não comprometidos com contratos regulados, o início da operacionalização deve ocorrer a partir do mês da adesão ou nos subsequentes, cumpridos os requisitos do Submódulo 1.2 – Cadastro de agentes, ainda que seja diferente da data inicialmente prevista no Termo de Adesão.

3.30.2 No caso dos geradores comprometidos com contratos regulados, a operacionalização deve ocorrer: na data indicada no Termo de Adesão, respeitada a data de suprimento dos respectivos contratos, ou de forma antecipada, caso o agente assim desejar, mediante solicitação expressa à CCEE indicando a data pretendida, devendo cumprir os requisitos do Submódulo 1.2 – Cadastro de agentes.

- 3.30.3 Para a classe dos comercializadores, o início da operacionalização deve ocorrer a partir do mês da adesão ou nos subsequentes, observando-se a premissa 3.31.2, ainda que seja diferente da data inicialmente prevista no Termo de Adesão.
- 3.31 Além dos requisitos estabelecidos na premissa anterior, o agente, excetuando-se o concessionário ou permissionário de distribuição, deve constituir limite operacional⁴, nos termos da Resolução Normativa nº 622/2014 e do Procedimento de Comercialização específico.
- 3.31.1 Os agentes geradores comprometidos exclusivamente com contratos regulados devem comprovar à CCEE, nos termos da norma específica, até um mês antes da operacionalização pretendida, a contratação de Limite Operacional, o qual deve estar vigente no momento de sua efetiva operacionalização.
- 3.31.2 Os agentes pertencentes à classe dos comercializadores, para iniciar suas operações na CCEE, inclusive aqueles que já possuam outorga emitida pela ANEEL em data anterior à publicação da Resolução Normativa nº 678/2015, devem apresentar à CCEE garantias financeiras equivalentes a, no mínimo, dez vezes o valor atribuído ao limite operacional para agentes de comercialização vigente, cujo valor atualizado está disponível no site da CCEE, devendo estar válidos durante os seis primeiros ciclos de contabilização, contados a partir de seu início de operação.⁵
- 3.32 Os ativos dos agentes devem ser cadastrados nos termos do disposto no Submódulo 1.2 - Cadastro de agentes.
- 3.33 Os agentes devem iniciar o pagamento da contribuição associativa a partir da operacionalização, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, do Estatuto Social da CCEE e do Submódulo 1.3 - Votos e Contribuições.

Matriz e Filial

- 3.34 A matriz de um candidato a agente, independentemente de sua adesão ou não à CCEE, é integralmente responsável pelas obrigações assumidas pela filial na CCEE, incluindo os créditos e débitos em nome da filial.
- 3.35 O candidato a agente caracterizado como filial pode aderir à CCEE sem a prévia adesão da respectiva matriz.

⁴ A entrada em vigor das premissas 3.31 e 3.31.1 está condicionada à eficácia do Despacho nº 2.718/2015.

⁵ A entrada em vigor da premissa 3.31.2 está condicionada à eficácia do Despacho nº 696/2017.

3.36 Na hipótese de matriz e filiais e/ou apenas filiais aderirem à CCEE na qualidade de agentes distintos, estas podem utilizar conta corrente específica única existente quando do início do processo de adesão.

3.36.1 Neste caso, para o fim exclusivo de liquidação financeira, as empresas devem enviar o Termo de Opção por conta corrente específica única, anexo a este Submódulo, indicando a conta corrente da líder do grupo de liquidação, que pode ser matriz ou filial, desde que seja agente da CCEE.

3.37 A matriz pode ser agente da CCEE para representar ativos próprios e/ou de suas filiais.

3.37.1 A filial pode representar somente seu próprio ativo, sendo vedada a representação, por filial, de ativos da respectiva matriz ou de outras filiais.

Dos Agentes Desligados e/ou seus Substitutos

3.38 O candidato a agente anteriormente desligado da CCEE deve iniciar novo processo de adesão, conforme estabelecido neste Submódulo. Para tanto, deve adimplir eventuais débitos remanescentes junto à CCEE.




3.39 O(s) candidato(s) a agente que vier(em) a suceder outro(s) agente(s) em processo de desligamento da CCEE deve(m) atender a todas as premissas deste procedimento para sua adesão e demais normas aplicáveis, bem como responder pelas obrigações contratuais e/ou financeiras do sucedido.

3.40 A aprovação da adesão de candidato a agente que apresente qualquer relação com empresa desligada da CCEE por descumprimento de obrigação, bem como com seus sócios diretos ou indiretos, está condicionada ao adimplemento de tal obrigação da empresa anteriormente desligada.

4. LISTA DE DOCUMENTOS

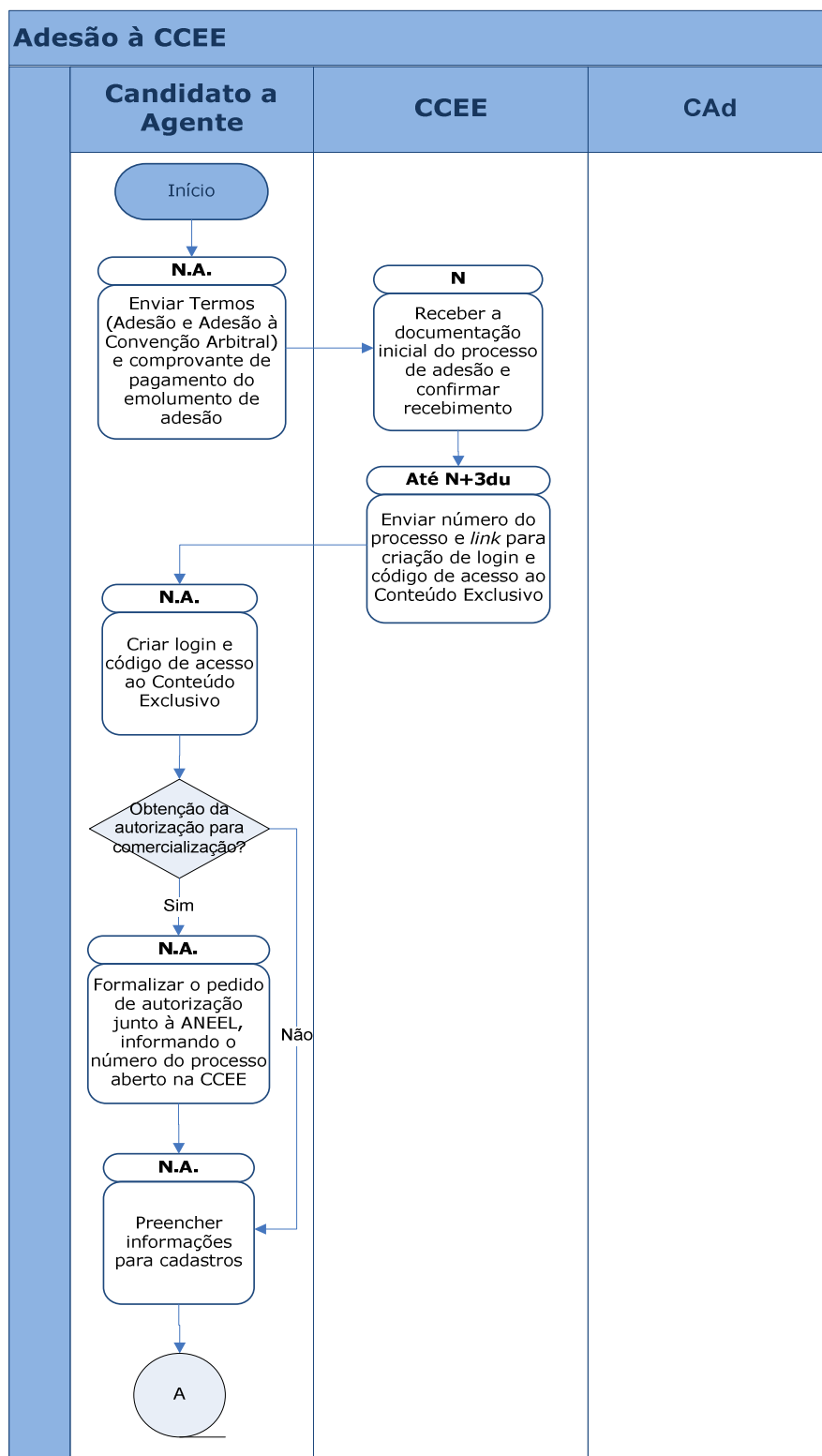
DOCUMENTOS				Comercialização			Distribuição	Geração		
Descrição	DD	DF	DFR	CL	CE	COM	D	APE	PIE	G
Documentos para adesão à CCEE										
<input type="checkbox"/> Termo de Adesão.		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Termo de Adesão à Convenção Arbitral.		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Comprovante de pagamento do emolumento de adesão à CCEE.		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações supervenientes ou documento societário consolidado, protocolado e com a chancela da Junta Comercial ou cartório de registro de pessoa jurídica.	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Ata de eleição dos administradores protocolada e com a chancela da Junta Comercial ou cartório de registro de pessoa jurídica. (Caso aplicável)	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Procuração outorgada na forma da documentação societária. (Caso aplicável)	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo Poder Judiciário da sede do candidato a agente. <i>No caso de adesão de filial, devem ser apresentadas certidões relativas à matriz e à própria filial. As certidões referidas nesse item devem ser adequadas às disposições da Lei nº 11.101, de 09.02.2005, que regulamenta a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, conforme a situação de cada empresa.</i>	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Ato regulatório de concessão, permissão, autorização e/ou registro. (Cópia simples) <i>Observação: Os geradores vendedores de energia convencional especial ou energia incentivada especial devem comprovar as seguintes informações: (i) atuação como vendedor de energia convencional especial e/ou incentivada especial, e (ii) concessão de desconto, na forma do §1º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.</i>	✓					✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Quadro Societário - Deve constar composição acionária das empresas que são sócias acionistas do candidato a agente.	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Cópia do CNPJ – Obtido diretamente pelo site da Receita Federal.	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Carta Denúncia protocolada na distribuidora ou resposta da distribuidora. (Cópia simples)	✓			✓	✓					
<input type="checkbox"/> Declaração ou comprovante de adimplemento com o ONS e/ou com a distribuidora. (Cópia simples)	✓			✓	✓					

DOCUMENTOS				Comercialização			Distribuição	Geração		
Descrição	DD	DF	DFR	CL	CE	COM	D	APE	PIE	G
Documentos específicos para obtenção da autorização para comercialização de energia elétrica										
<input type="checkbox"/> Estatuto ou contrato social atualizado e alterações, devidamente registrado no órgão competente.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do requerente e da(s) pessoa(s) jurídica(s) do(s) sócio(s) direto(s) ou indireto(s).	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Cartão de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal do requerente (ou declaração de isenção de inscrição cadastral como contribuinte ou documentação comprobatória da inexistência correspondente).	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Cópia de documento com foto e CPF da(s) pessoa(s) física(s) do(s) sócio(s) direto(s) ou indireto(s) do requerente.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Relação que discrimine todos os sócios ou acionistas do requerente, indicando aqueles que fazem parte, direta ou indiretamente, do seu grupo de controle. Adicionalmente, em relação aos controladores diretos ou indiretos do requerente, deverão ser indicadas todas as empresas por eles controladas - modelo de Quadro Societário disponível no site da CCEE.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Organograma do grupo econômico, com a indicação das respectivas participações societárias, sendo dispensada a apresentação de participações inferiores a 5%, salvo se integrante de grupo de controle - modelo de Organograma disponível no site da CCEE.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Acordo de acionistas ou cotistas e demais negócios jurídicos que proporcionam impacto no controle societário.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Declaração de matrimônio, união estável e de parentesco consanguíneo ou afim entre sócios ou acionistas, administradores, diretores, conselheiros e demais prepostos do requerente e sócios ou acionistas, controladores diretos, intermediários ou indiretos, administradores, diretores ou conselheiros de outros agentes do setor elétrico.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, limitados aos três últimos exercícios financeiros.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos relativos a: i) Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdência Social (INSS); ii) Estaduais (débitos inscritos e não inscritos); e iii) Municipais.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, do cadastro do FGTS.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa de Protestos e Títulos.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da pessoa jurídica do requerente e da(s) pessoa(s) jurídica(s) do(s) sócio(s) direto(s) ou indireto(s). Caso o(s) sócio(s) seja(m) pessoa(s) física(s), deve(m) ser apresentada(s) Certidão Negativa de Insolvência Civil.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Demonstração de aptidão técnica (currículo de sócios e/ou equipe técnica).	✓					✓				

DOCUMENTOS				Comercialização			Distribuição	Geração		
Descrição	DD	DF	DFR	CL	CE	COM	D	APE	PIE	G
Documentos específicos para matriz e filial(is)										
 Termo de responsabilidade da matriz – adesão de filial.	✓		✓	✓	✓			✓	✓	✓
 Termo de Opção por Conta Corrente Específica Única. (Caso aplicável)	✓		✓	✓	✓			✓	✓	✓
Documento específico para indicação de Empreendimento Leiloado e Vencedor de Leilão										
 Formulário de Indicação do Empreendimento Leiloado e do Vencedor de Leilão. (Caso aplicável)		✓						✓	✓	✓

DD Documento digitalizado	DF Documento na forma física	DFR Documento com firma reconhecida	CL Consumidor Livre	CE Consumidor Especial
COM Comercializador	D Distribuidor	APE Autoprodutor de Energia	PIE Produtor Independente	G Demais Geradores

5. FLUXO DE ATIVIDADES

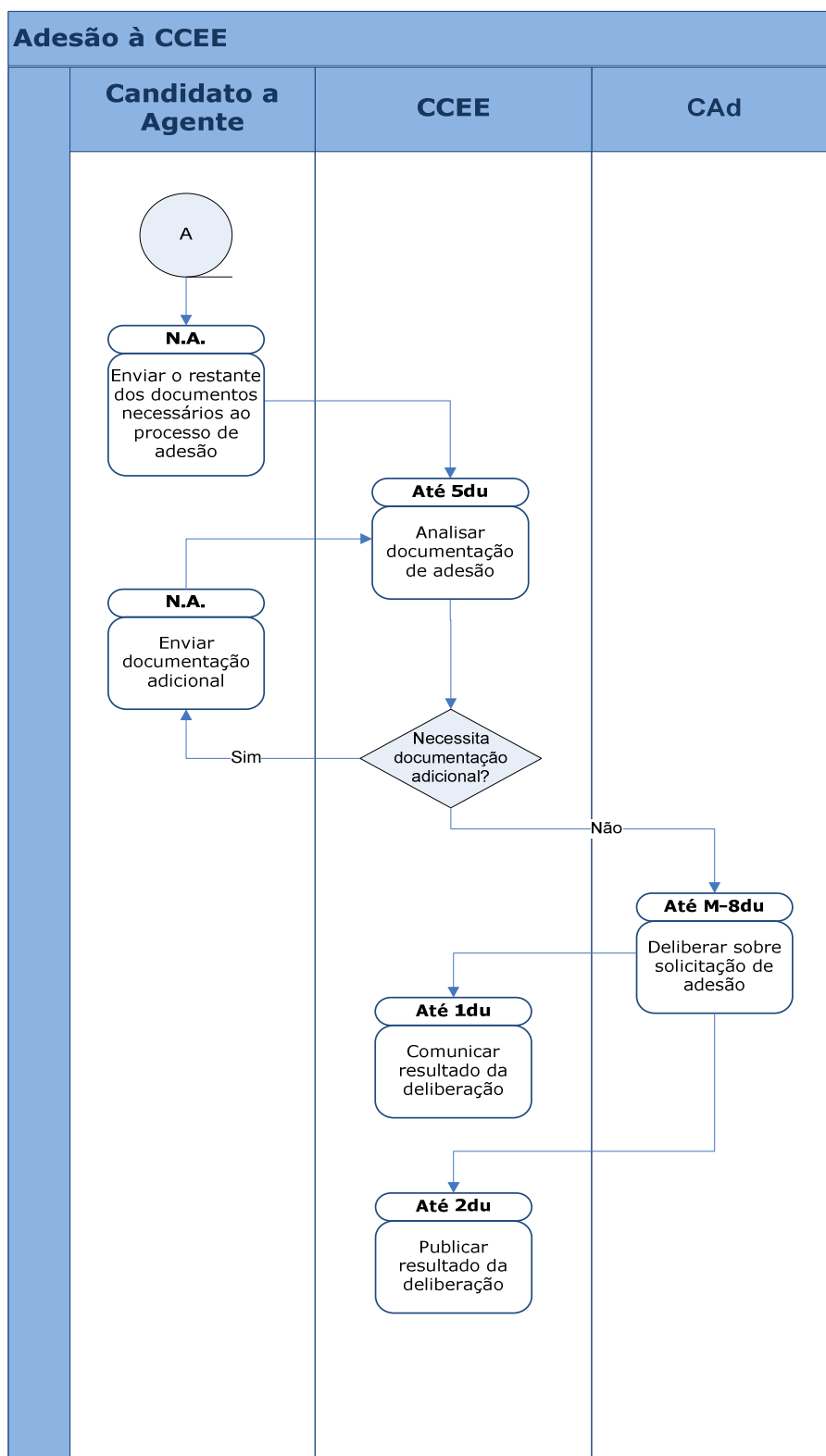


Legenda:

N: data de recebimento pela CCEE da documentação inicial de adesão

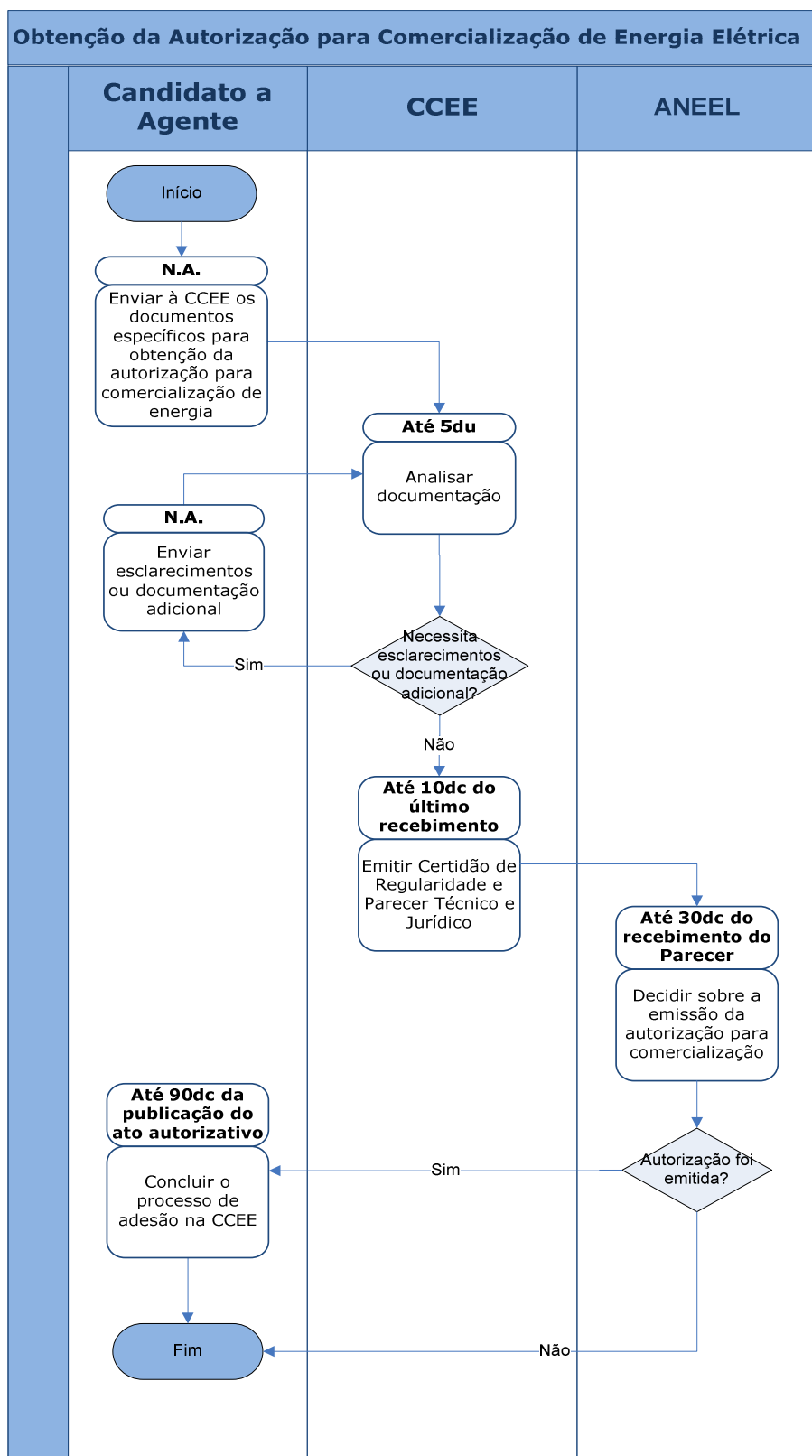
N.A.: Não aplicável

du: dias úteis



Legenda:

M: mês de operação de compra e venda de energia
N.A.: Não aplicável
du: dias úteis



Legenda:

N.A.: Não aplicável

dc: dias corridos

du: dias úteis

6. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

Adesão à CCEE

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Enviar Termos (Adesão e Adesão à Convenção Arbitral) e comprovante de pagamento do emolumento de adesão	Candidato a agente	Enviar os Termos de Adesão, Adesão à Convenção Arbitral e comprovante de pagamento do emolumento de adesão para iniciar o processo de adesão à CCEE.	N.A.
Receber a documentação inicial do processo de adesão e confirmar recebimento	CCEE	Confirmar o recebimento dos documentos mencionados na linha anterior. Tal data é a referência inicial para a contagem dos prazos estabelecidos neste Submódulo.	N
Enviar número do processo e <i>link</i> para criação de login e código de acesso ao Conteúdo Exclusivo	CCEE	Disponibilizar ao candidato a agente o número do processo aberto perante a CCEE, bem como um <i>link</i> para criação de login e código de acesso ao Conteúdo Exclusivo do <i>site</i> .	Até N+3du
Criar login e código de acesso ao Conteúdo Exclusivo	Candidato a agente	O próprio interessado deve criar login e código de acesso ao Conteúdo Exclusivo.	N.A.
Obtenção da autorização para comercialização?	Candidato a agente	<ul style="list-style-type: none"> - Sim: Formalizar o pedido de autorização junto à ANEEL, informando o número do processo aberto na CCEE; - Não: Preencher informações para cadastros. 	N.A.

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Formalizar o pedido de autorização junto à ANEEL, informando o número do processo aberto no SGP	Candidato a agente pertencente à classe dos comercializadores	Formalizar o pedido de obtenção de autorização para comercialização de energia elétrica junto à ANEEL, indicando o número do processo aberto na CCEE, para que a Agência possa visualizar/analisar todos os documentos exigidos para a emissão da autorização.	N.A.
Preencher informações para cadastros	Candidato a agente	Realizar o preenchimento de informações para cadastros nos sistemas, nos termos deste Submódulo e do Submódulo 1.2 – Cadastro de agentes.	N.A.
Enviar o restante dos documentos necessários ao processo de adesão	Candidato a agente	Enviar o restante dos documentos necessários ao processo de adesão, relacionados no item 4 deste Submódulo.	N.A.
Analisar documentação de adesão	CCEE	Disponibilizar, pelo SGP, a análise completa do cadastro e documentação apresentada pelo candidato a agente.	Até 5du após o recebimento
Enviar documentação adicional, se for o caso	Candidato a agente	Complementar, eventualmente, o cadastro e/ou documentação de adesão prevista neste Submódulo, por solicitação da CCEE, por meio do SGP.	N.A.
Analisar documentação adicional	CCEE	Disponibilizar, pelo SGP, a análise da informação e/ou documentação adicional apresentada pelo candidato a agente.	Até 5du após o recebimento da documentação adicional

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Deliberar sobre a solicitação de adesão	CAd	-	Até M-8du
Comunicar resultado da deliberação	CCEE	Comunicar ao candidato, via e-mail e pelo SGP, o resultado da deliberação do CAd.	Até 1du após a deliberação do CAd
Publicar resultado da deliberação	CCEE	Publicar no site da CCEE o resultado da deliberação do CAd.	Até 2du após a deliberação do CAd

Legenda:

M: mês de operação de compra e venda de energia
N: data de recebimento pela CCEE da documentação inicial de adesão
N.A. Não aplicável
du: dias úteis

Obtenção da Autorização para Comercialização

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Enviar à CCEE os documentos específicos para obtenção da autorização para comercialização de energia	Candidato a agente	Enviar a documentação aplicável relacionada no item 4 deste Submódulo.	N.A.
Analisar documentação	CCEE	Disponibilizar, pelo SGP, a análise completa do cadastro e documentação apresentada pelo candidato a agente.	Até 5du
Enviar esclarecimentos ou documentação adicional, se for o caso	Candidato a agente	Complementar, eventualmente, o cadastro e/ou documentação de obtenção de autorização para comercialização prevista neste Submódulo, por solicitação da CCEE, por meio do SGP.	N.A.
Analisar esclarecimentos ou documentação adicional	CCEE	Disponibilizar, pelo SGP, a análise do esclarecimento e/ou documentação adicional apresentada pelo candidato a agente.	Até 5du após o recebimento do esclarecimento e/ou documentação adicional
Emitir Certidão de Regularidade e Parecer Técnico e Jurídico	CCEE	Disponibilizar a Certidão e o Parecer à ANEEL e ao candidato a agente, por meio do SGP.	Até 10dc do último recebimento

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Decidir sobre a emissão da autorização para comercialização	ANEEL	Decidir sobre a emissão ou não da autorização para comercialização, com base nos documentos disponibilizados pelo candidato a agente e pela CCEE.	Até 30dc do recebimento do Parecer Técnico e Jurídico
Concluir o processo de adesão na CCEE	Candidato a agente	O processo de adesão à CCEE deve ser concluído pelo candidato a agente em até noventa dias corridos, contados da publicação da autorização.	Até 90dc da publicação do ato autorizativo

Legenda:

N.A.: Não aplicável

dc: dias corridos

du: dias úteis

7. ANEXOS

7.1 – Termo de Adesão

TERMO DE ADESÃO

À Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

< **Endereço disponível no site da CCEE** >

A/C da Central de Documentação - CEDOC

Pelo presente instrumento particular de adesão, <Nome empresarial do candidato a agente>, sigla: <SIGLA (máx 30 caracteres não especiais)>, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº <CNPJ>, com endereço em: <Endereço>, na cidade de <Cidade>, Estado de <Estado>, CEP: <CEP>, na qualidade de <Classe do candidato a agente>, conforme documentação anexa, neste ato devidamente representado na forma da lei, em consonância com o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 e no Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, requer sua adesão à CCEE, com início de operacionalização na CCEE previsto para <Mês> de <Ano>, e declara:

(i) que, conforme definido no Módulo 1 - Agentes, Submódulo 1.1 - Adesão à CCEE, dos Procedimentos de Comercialização, está ciente que, para que o início de operacionalização na CCEE ocorra no mês indicado anteriormente, deverá solucionar todas as eventuais pendências de instalação e/ou adequação do Sistema de Medição para Faturamento - SMF, de cadastros no Sistema de Coleta de Dados de Energia - SCDE e no Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL e de documentação da adesão;

(ii) que tem pleno conhecimento e compromete-se a cumprir a legislação e normas regulatórias aplicáveis ao setor elétrico brasileiro, em especial a Lei 10.848/2004, Decreto 5.163/2004, Decreto 5.177/2004, a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica e o Estatuto Social da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os Procedimentos e as Regras de Comercialização, disponíveis no site da CCEE (www.ccee.org.br), bem como a Lei nº 12.846/2013;

(iii) que os documentos anexados no Sistema de Gestão de Processos - SGP correspondem às cópias fiéis dos originais, respondendo, o declarante, de forma integral, pela autenticidade, legalidade e veracidade dos documentos nas esferas administrativa, cível e criminal;

(iv) que sua adesão implicará na concordância do ingresso desta empresa como associada da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, comprometendo-se a honrar todas as obrigações, contribuições, emolumentos e/ou pagamentos decorrentes de tal, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, e em consonância com o Estatuto Social da CCEE;

(v) que se compromete a adotar todas as medidas necessárias em razão da realização de quaisquer operações de reestruturação societária, ou quaisquer outras que venham a ocasionar sucessão e/ou eventual cessão de direitos e obrigações a outro agente da CCEE ou a qualquer terceiro, bem como apresentar todos os documentos necessários à comprovação de tais atos, informando, ainda, qual a distribuição dos direitos e obrigações e consequente assunção de responsabilidades, perante a CCEE, das empresas envolvidas nas operações anteriormente mencionadas;

vi) que, em relação aos sistemas da CCEE, está ciente de que são suas obrigações:

- observar e cumprir as obrigações de ordem técnica e demais condições previstas em Procedimentos de Comercialização específicos, ou no(s) documento(s) que vier(em) a substituí-lo e/ou alterá-lo, bem como em quaisquer outras normas e/ou documentos aprovados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e/ou divulgadas pela CCEE, que tratem da matéria;
- instalar, operar e manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e aplicativos de sua responsabilidade necessários ao perfeito acesso/funcionamento dos sistemas da CCEE;
- acessar os sistemas da CCEE, através dos meios disponibilizados pela Câmara, sem interferir nos requisitos de segurança da CCEE;
- responsabilizar-se pelos custos de conexão e de instalação dos aplicativos necessários para o acesso e utilização dos sistemas, inclusive custos de energia elétrica e telecomunicações;
- não sublicenciar, ceder, distribuir, comercializar sob qualquer forma, facilitar o acesso de terceiros para utilização dos sistemas e/ou qualquer outro programa integrado a eles;

- responsabilizar-se por todas as atividades que forem realizadas mediante a utilização dos tokens e dos códigos de acesso a eles associados;
- responsabilizar-se pela operação, veracidade, correção e exatidão de toda e qualquer informação e/ou dados coletados pelos sistemas, bem como pela continuidade de fornecimento de informações e/ou de dados;
- abster-se de modificar, copiar, decompilar, produzir engenharia reversa, distribuir, transmitir, reproduzir, publicar, licenciar, total ou parcialmente, os códigos-fonte dos programas computacionais contidos nos sistemas e/ou qualquer programa a eles relacionado, responsabilizando-se por qualquer violação resultante de tais atos;
- não emprestar/compartilhar credenciais de acessos concedidos aos sistemas da CCEE;
- responsabilizar-se pela manutenção e pelas correções necessárias em seus equipamentos a fim de garantir a correção, a veracidade e a exatidão das informações coletadas pelo sistema;
- providenciar a exclusão e/ou substituição de acessos, sempre que houver o desligamento ou substituição de usuário autorizado;
- atender integralmente as condições operacionais constantes de normas e regulamentos vigentes para a implantação, operação e manutenção dos sistemas, bem como toda e qualquer alteração futura que se faça necessária a fim de viabilizar o perfeito funcionamento destes.

(vii) que o(s) seus representante(s) legal(is) e contato(s) CCEE são os abaixo indicados:

Representante(s) Legal(is):*

<Nome completo>, <CPF>, <Endereço comercial>, <Telefone>, <Email>

<Nome completo>, <CPF>, <Endereço comercial>, <Telefone>, <Email>

Representante(s) CCEE:**

<Empresa>, <CNPJ>, <Endereço>, <Telefone>, <Email>

<Nome completo>, <CPF>, <RG>, <Telefone>, <Email>

<Nome completo>, <CPF>, <RG>, <Telefone>, <Email>

<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>

<Nome empresarial do candidato a agente>

**<Nome do Representante Legal>
<Cargo>**

**<Nome do Representante Legal>
<Cargo>**

*Representante(s) Legal(is): Podem ser indicados mais de dois representantes legais.

**Representante(s) CCEE: Devem ser indicadas pessoas físicas da empresa do próprio candidato a agente somente se este não for representado.

Observação 1: Os itens em negrito deste documento são de preenchimento obrigatório.

Observação 2: Os campos "classe" e "data prevista para início de operacionalização na CCEE" são meramente indicativos para fins de cadastro inicial do processo de adesão. Para a operacionalização do agente, deve ser considerado o disposto na seção "Início das operações na CCEE" deste Submódulo.

Observação 3: Este documento deve ser assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is).

7.2 – Termo de adesão à convenção arbitral

TERMO DE ADESÃO À CONVENÇÃO ARBITRAL

Pelo presente instrumento, **<Nome empresarial do candidato a agente>**, sigla: **<SIGLA (máx 30 caracteres não especiais)>**, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**, neste ato devidamente representada na forma da lei, em consonância com o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no inciso VII do art. 17, e parágrafo único do art. 58 da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004, bem como no inciso VI do art. 8º, e § 2º do art. 38 do Estatuto Social da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, adere integralmente à Convenção Arbitral, aprovada pela Assembleia Geral da CCEE e homologada pela ANEEL.

Declara, ainda, que tem conhecimento e concorda com todas as cláusulas e condições previstas na referida Convenção Arbitral, bem como no Regulamento da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem para todos os fins e efeitos de direito.

<Local>, **<Data>** de **<Mês>** de **<Ano>**.

<Nome Empresarial>

<Representante Legal do Agente >

< Cargo >

<Nome Empresarial>

<Representante Legal do Agente >

<Cargo>

Este documento deve ser assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is).

7.3 – Termo de opção por conta corrente específica única e definição da ordem de alocação de recursos financeiros

TERMO DE OPÇÃO POR CONTA CORRENTE ESPECÍFICA ÚNICA E DEFINIÇÃO DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Os agentes da CCEE a seguir indicados:

<Nome Empresarial e CNPJ>

<Nome Empresarial e CNPJ>

<Nome Empresarial e CNPJ>

<Nome Empresarial e CNPJ>

<Nome Empresarial e CNPJ>

<Nome Empresarial e CNPJ>

neste ato representados por seu(s) Representante(s) Legal(is) e/ou procuradores a seguir assinado(s), vêm firmar o presente Termo de Opção.

Considerando que:

- a. O Submódulo 1.1 - Adesão à CCEE dos Procedimentos de Comercialização prevê a necessidade de abertura de uma conta corrente específica para fins de liquidação financeira;
- b. O Submódulo 5.2 - Liquidação no Mercado de Curto Prazo dos Procedimentos de Comercialização possibilita a utilização de uma conta corrente específica única para fins de liquidação financeira;
- c. Ainda que seja efetuada a opção pela conta corrente específica única, a liquidação financeira e o aporte de garantias financeiras serão calculadas de forma individualizada na contabilização para cada agente da CCEE;
- d. Os débitos apurados pela CCEE serão lançados pelo agente de liquidação conforme ordem de alocação de recursos financeiros definida pelos agentes envolvidos neste termo, caracterizando como inadimplente(s) o(s) agente(s) cujo(s) débito(s) não seja(m) totalmente coberto(s);

Por meio deste termo define-se o agente da CCEE **<Nome Empresarial do titular da conta corrente específica única>**, inscrita no CNPJ sob nº **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço>**, titular da conta corrente devidamente cadastrada no agente de liquidação sob o número **<nº da conta corrente específica>**, conta essa a ser utilizada pela CCEE para a realização dos procedimentos relacionados à liquidação financeira da CCEE.

Os agentes, incluindo o titular da conta corrente específica única, definem a seguinte ordem de alocação de recursos financeiros:

1º) <Nome Empresarial e CNPJ>

2º) <Nome Empresarial e CNPJ>

3º) <Nome Empresarial e CNPJ>

4º) <Nome Empresarial e CNPJ>

5º) <Nome Empresarial e CNPJ>

6º) <Nome Empresarial e CNPJ>

<Local>, <Dia> de <Mês> de <Ano>

<Nome empresarial>

<Representante legal titular da c.c. única>

<CPF>

<Nome empresarial>

<Representante Legal Agente 1>

<CPF>

<Nome empresarial>

<Representante Legal Agente 2>

<CPF>

<Nome empresarial>

<Representante Legal Agente 3>

<CPF>

<Nome empresarial>

<Representante Legal Agente 4>

<CPF>

<Nome empresarial>

<Representante Legal Agente 5>

<CPF>

Este documento deve ser assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is), que deve(m) ter poderes para representar a empresa, conforme disposto no contrato ou estatuto social e ata de eleição dos administradores.

7.4 – Termo de responsabilidade de matriz

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE MATRIZ – ADESÃO DE FILIAL

À Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

< **Endereço disponível no site da CCEE** >

A/C da Central de Documentação – CEDOC

Servimo-nos da presente para declarar que a **<Nome empresarial da matriz>**, inscrita no CNPJ sob nº **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço>** ("MATRIZ"), em razão do pedido de adesão de sua filial, **<Nome empresarial da filial>**, sigla: **<SIGLA (máx 30 caracteres não especiais)>**, inscrita no CNPJ sob nº **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço>** ("FILIAL"), tem plena ciência e concorda expressamente com essa adesão, assumindo integral responsabilidade, para todos os efeitos de direito, pelas obrigações relativas à atuação da FILIAL no âmbito da CCEE, a qualquer tempo, incluindo, mas não se limitando, às obrigações relativas ao aporte de garantias financeiras, aos pagamentos a serem efetuados na liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo e aos pagamentos de contribuições associativas.

Por meio deste instrumento ficam desde já autorizados todos e quaisquer procedimentos em face da **<Nome empresarial da matriz>**, CNPJ: **<CNPJ>** necessários ao adimplemento das obrigações da **<Nome empresarial da filial>**, CNPJ: **<CNPJ>**, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução ANEEL nº 109, de 2004, do Estatuto Social da CCEE e demais legislação e regulamentação aplicável ao setor elétrico brasileiro.

<Local>, **<Dia>** de **<Mês>** de **<Ano>**

<Nome empresarial matriz>

<CNPJ>

<Representante Legal>

< Cargo >

<Nome empresarial filial>

<CNPJ>

<Representante Legal>

< Cargo >

<Nome empresarial Matriz>

<CNPJ>

<Representante Legal>

< Cargo >

<Nome empresarial Filial>

<CNPJ>

<Representante Legal>

<Cargo>

7.5 – Formulário de Indicação do Empreendimento Leiloado e do Vencedor de Leilão

 ccee		FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DO EMPREENHIMENTO LEILOADO E DO VENCEDOR DE LEILÃO
Nome Empresarial do Candidato a Agente:	<input type="text"/>	
CNPJ do Candidato a Agente:	<input type="text"/>	
Número do Leilão:	<input type="text"/>	
Nome do Empreendimento: <i>(Nome do participante do leilão)</i>	<input type="text"/>	
Nome do Vendedor: <i>(Nome do participante do leilão)</i>	<input type="text"/>	
CNPJ do Vendedor: <i>(CNPJ do participante do leilão)</i>	<input type="text"/>	
Número da Outorga (caso aplicável):	<input type="text"/>	
Data:	<input type="text"/>	
Responsável pela Empresa:	<input type="text"/>	